

CO referenda reajuste, mas reitor apresenta plano de contratações insuficiente



Na última terça, 29/3, ocorreu reunião extraordinária do Conselho Universitário. Na pauta, inicialmente, havia o referendo do reajuste de 20,67% definido em negociação entre Cuesp e Fórum das Seis. Vale lembrar que desde 2014 os reitores adotaram esse procedimento de passar os reajustes pelo CO, o que, em nossa opinião, é um equívoco, pois enfraquece o Cuesp como espaço de negociação.

A representação de funcionários fez uma fala reivindicando o reajuste como uma conquista dos trabalhadores das três universidades, mas destacando os outros pontos da pauta, como a recomposição das perdas desde 2012 e a valorização dos salários dos níveis iniciais das carreiras, através de um fixo de R\$1.200,00. Também destacamos que com o aumento da inflação é necessário termos uma política de reajuste mensal dos salários, de modo a evitar mais perdas. Na votação, não houve polêmicas e o reajuste foi referendado com quase todos os votos favoráveis.

Logo após, o reitor passou a palavra ao Prof. João Maurício, presidente da Codage, que fez uma apresentação do plano da reitoria para contratações de docentes e funcionários, e as projeções do

impacto disso no orçamento. Basicamente, o plano da reitoria é contratar, nos quatro anos de gestão, 672 docentes. No caso dos funcionários, apresentaram um estudo com 400 contratações de funcionários de nível superior. No entanto, segundo o reitor, consideraram o nível superior apenas para os cálculos, mas não necessariamente serão todos contratados nesse nível, para efeito do cálculo o que vale é o volume financeiro. Portanto, se forem contratados técnicos ou básicos esse número pode aumentar um pouco (embora saibamos que a política das administrações tem sido de eliminar o grupo básico, e, ao que parece, até parte dos técnicos).

Consideramos esse número totalmente insuficiente. Afinal, de 2014 para cá perdemos mais de quatro mil funcionários. Somente para o HU seriam necessárias cerca de 500 contratações. Provavelmente esse número não irá repor sequer os funcionários que sairão nos próximos quatro anos. Nossos representantes fizeram falas destacando esses pontos, mas não houve resposta positiva, a única coisa que o reitor disse é que não poderia repor a saída dos PIDVs.

Portanto fica claro que se não formos à luta, a política de desmonte continuará!

Reitor nega a inclusão do HRAC na Pauta e faz fala recheada de chantagens

Antes da reunião, houve um ato na porta da reitoria em defesa do HRAC, mais conhecido como Centrinho, de Bauru. Entregamos uma carta aberta aos conselheiros, que já conta com centenas de assinaturas de parlamentares, figuras públicas, entidades e apoiadores em geral reivindicando que

o CO reverta a desvinculação aprovada em 2014 durante a gestão Zago.

Um pouco antes do início da reunião, nossos representantes foram conversar com o reitor e solicitaram para que o tema fosse incluído na pauta,

ou ao menos que houvesse o compromisso de incluir na próxima reunião. O reitor foi categórico ao dizer que a reitoria não vai pautar o tema, que a discussão só ocorrerá se o Conselho assim quiser, mas não como iniciativa da reitoria.

Diante disso, após os pontos de pauta, foi aberta a palavra livre aos membros do CO. Nossa representação, que conta com apenas três vagas num universo de mais de 120 membros, fez uma forte defesa do Centrinho. Lembramos o histórico do HRAC e seu serviço de excelência, denunciemos que a entrega do centrinho às chamadas “Organizações Sociais” representa a privatização e precarização das condições de trabalho e de atendimento. Também relembramos a votação ilegal e imoral da desvinculação ocorrida em 2014, durante a gestão Zago. Reforçamos que aquela votação ocorreu em um outro momento da universidade, e fizemos um apelo democrático aos conselheiros para que assinem nossa petição para que o tema entrasse na pauta da próxima reunião ordinária (**confira as falas dos nossos representantes no CO [clikando aqui](#)**)

O reitor, ao final, falou sobre o tema, em uma fala recheada de chantagens. Disse que queria olhar para frente, e não rediscutir decisões do passado. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que se referiu ao Centrinho como a “Joia da Coroa” da USP, seguiu em defesa de seu desmonte e entrega para o

Estado. Sem apresentar dados concretos, disse que reverter a desvinculação colocaria em risco o curso de medicina de Bauru, e até mesmo a saúde financeira mais geral da Universidade. Ora, o que o reitor não explica é que os funcionários atuais do Centrinho permanecerão na folha de pagamento da USP, portanto não haverá economia significativa para a Universidade.

Além disso, e o mais importante: o que eles não falam é sobre o rio de dinheiro (**ver [matéria da ADUSP sobre as OSSs](#)**) que será transferido do orçamento do Estado para a OS (“Organização Social”) que ganhar o chamamento público, num negócio milionário que só vai favorecer os entes privados que assumirão o Centrinho. Se o problema é o dinheiro, porque o reitor não negocia com o Estado uma verba suplementar para manter o Centrinho na USP? Porque ao invés de dar dinheiro para uma OS, o Estado não repassa para USP? Essas questões não aparecem no debate, e ao negar pautar o tema no CO, o reitor impede que essas e outras questões possam ser respondidas!

Fazemos um apelo aos membros do CO: assinem nossa petição para incluir o Centrinho na Pauta, e apoiem o movimento pela reversão da desvinculação do HRAC!

O CENTRINHO FICA NA USP!

Sobre Lei 191/22, que reestabelece tempo de quinquênio e sexta parte para a saúde e a segurança, cobramos novamente um posicionamento da reitoria

Conforme já informamos no [Boletim 24 22](#), na última reunião da Copert cobramos a reitoria sobre a aplicação dessa Lei para nossos funcionários da área da saúde e de segurança. Na ocasião, foi informado que o DRH finalizaria o estudo sobre o tema e que em alguns dias sairia um comunicado.

Como já faz duas semanas desde essa reunião, enviamos ontem, 31/3, uma nova cobrança. Assim que a reitoria divulgar algum posicionamento o nosso departamento jurídico avaliará a eventual necessidade de ingresso com ações judiciais sobre o tema. Por ora, orientamos todas e todos a esperarmos uma definição do DRH, e ficaremos de olho!

58 anos do Golpe Militar! Ditadura Nunca Mais!

Neste primeiro de abril, completa-se 58 anos do Golpe Civil Militar que deu início a uma longa ditadura de mais de 20 anos. O golpe dado pelos militares contou com o apoio de setores civis ligados aos grandes empresários, bem como teve a ajuda e a cobertura dos EUA. Foi um duro ataque a toda a classe trabalhadora, que naqueles anos intensificava sua luta por melhores condições de vida e de trabalho. A ditadura perseguiu, prendeu, torturou, matou milhares de pessoas e destruiu por anos as organizações de trabalhadores como os movimentos populares, sindicatos e partidos. Tudo isso para impor um regime que avançou fortemente contra os direitos trabalhistas. Basta lembrar que foi nesse período que acabou, por exemplo, a estabilidade no emprego.

Infelizmente a perda dessa memória dos horrores da ditadura, ajudada por aqueles que conciliaram com os militares e impediram que a justiça fosse feita, faz com que hoje tenhamos um presidente que aplaude torturadores e comemora um dos episódios mais vergonhosos da nossa história. Mais do que nunca é papel dos sindicatos e das organizações dos trabalhadores combaterem essa visão, e gritarmos em alto e bom som que Ditadura Nunca Mais!

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP:05508-070 - Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br